

Brasília-DF, 17 de outubro de 2025

CNTI discute Reforma Tributária e reindustrialização com o deputado Reginaldo Lopes (PT/MG)



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), representada pelo presidente **José Reginaldo Inácio** e pelo secretário-geral **Nelson Bonardi**, reuniu-se nesta quarta-feira (15) com o deputado federal **Reginaldo Lopes** (PT/MG), em Brasília. O encontro teve como foco o **fortalecimento de parcerias institucionais** voltadas à valorização do trabalho e ao desenvolvimento da indústria nacional.

Entre os temas abordados, destacou-se a **Reforma Tributária**, vista pela CNTI como uma oportunidade para **modernizar a base industrial**, reduzir o peso dos tributos sobre a produção e **estimular a geração de valor agregado**. A entidade defende que o novo sistema tributário deve favorecer a **competitividade das empresas brasileiras**, impulsionando exportações e fortalecendo o mercado interno.

Outro ponto da pauta foi a **comemoração dos 80 anos da CNTI**, a ser realizada em 2026. Segundo José Reginaldo, a celebração pretende **resgatar a trajetória histórica da confederação** e promover um **amplo debate sobre o futuro do trabalho e a reindustrialização do país**, reafirmando o compromisso da CNTI com um **Brasil mais justo e industrialmente forte**.

Presidente da FITMETAL visita a sede da CNTI em Brasília para fortalecer parcerias e discutir pautas estratégicas do setor metalúrgico



O presidente da Federação Interestadual de Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (FITMETAL), Alex Custódio, realizou, nesta terça-feira (16), uma visita institucional à sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), localizada em Brasília. Custódio foi recebido pelo presidente da CNTI, José Reginaldo, e por outros membros da diretoria da Confederação. O encontro teve como objetivo primordial fortalecer a cooperação entre as entidades e dialogar sobre questões centrais para o setor metalúrgico nacional, em um momento de grandes desafios econômicos e industriais.

Diálogo estratégico: temas prioritários para o setor

Durante a visita, Alex Custódio apresentou as iniciativas e projetos estratégicos que a FITMETAL vem desenvolvendo em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores metalúrgicos brasileiros. O encontro também serviu como uma oportunidade para conhecer em maior profundidade as atividades e ações sindicais promovidas pela CNTI no cenário nacional.

Entre os temas tratados no encontro, três pautas ganharam destaque:

1. Nova Indústria Brasil (NIB)

A proposta da Nova Indústria Brasil (NIB), elaborada pelo governo federal para reposicionar o país na cadeia global de valor, foi um dos principais pontos debatidos. Segundo Custódio, é fundamental que os trabalhadores estejam no centro das discussões sobre uma eventual reindustrialização do Brasil, com garantias de direitos, geração de empregos qualificados e estímulo à sustentabilidade econômica e ambiental. José Reginaldo ressaltou a necessidade de monitorar os impactos concretos da NIB nas diferentes cadeias produtivas e defendeu que as entidades sindicais trabalhem juntas para assegurar que as políticas industriais não sejam prejudicadas por

Brasília-DF, 17 de outubro de 2025

interesses que ignorem os aspectos sociais dessa transformação.

2. Taxação imposta pelos EUA e seus desdobramentos

Outro tópico relevante foi a recente taxação imposta pelos Estados Unidos sobre produtos industrializados brasileiros, em especial aqueles oriundos do setor metalúrgico, como o aço e o alumínio. Alex Custódio destacou os reflexos negativos dessa medida para as exportações nacionais e para a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional. “Essa taxação não afeta apenas os empresários. Ela coloca em risco empregos e condições de trabalho dentro das fábricas brasileiras. Nosso papel é garantir que o trabalhador não seja o maior prejudicado”, frisou o presidente da FITMETAL. A CNTI comprometeu-se a ampliar o diálogo com autoridades do governo e destacar a importância de medidas que protejam o mercado interno e os empregos do setor.

3. Ações conjuntas: em defesa dos trabalhadores metalúrgicos

Um dos pontos altos da reunião foi o anúncio da disposição de ambas as entidades em unir esforços para desenvolver estratégias conjuntas de defesa dos trabalhadores metalúrgicos. A FITMETAL e a CNTI planejam intensificar a articulação política junto ao governo federal, à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria e ao setor empresarial.

Reforma Trabalhista: 8 anos de retrocessos travestidos de modernização; por Marcos Verlaine

Entenda a reforma trabalhista e suas consequências. Aumento da insegurança nas relações de trabalho e fragilização de direitos.



Foto: Agência Brasil

Por Marcos Verlaine

Essa promessa virou processo de enfraquecimento de direitos, fragilização sindical e aumento da insegurança nas relações de trabalho.

Em novembro de 2025, a Reforma Trabalhista — Lei 13.467/17 — completa 8 anos. Apresentada como avanço para “modernizar” as relações de trabalho e “gerar empregos”, a contrarreforma promovida no governo Michel Temer (MDB) alterou mais de 100 dispositivos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

O discurso era o da flexibilização — isto é, tornar a legislação trabalhista menos rígida ou severa — e da “livre negociação”.

A realidade, no entanto, revelou profunda deterioração das condições de trabalho, da representação sindical e da própria ideia de proteção social que sustentava o Direito do Trabalho no Brasil.

Negociado sobre o legislado: liberdade ou desequilíbrio?

O eixo central da chamada Reforma Trabalhista foi a prevalência do negociado sobre o legislado — ou seja, acordos e convenções coletivas passaram a ter força superior à própria lei — sobre 15 pontos específicos, como jornada, banco de horas, intervalos e plano de cargos e salários.

À primeira vista, a medida parecia fortalecer a negociação coletiva. Mas, na prática, isso acentuou o desequilíbrio entre capital e trabalho.

Num País com alto índice de desemprego e enfraquecimento sindical, como o Brasil, o trabalhador raramente negocia em condições de igualdade.

A chamada “liberdade” de negociação se tornou, muitas vezes, sinônimo de imposição patronal. O que deveria ser instrumento de avanço coletivo acabou transformado em via para reduzir direitos sob o pretexto de preservar empregos.

Terceirização e intermitência: institucionalização da insegurança

Outro ponto central da contrarreforma foi a ampliação da terceirização, inclusive para atividades-fim.

Essa mudança aumentou as fronteiras entre o núcleo e a periferia das empresas, e criou uma massa de trabalhadores sem vínculo direto, com salários mais baixos e maior rotatividade.

Estudos do Dieese e de instituições acadêmicas confirmam que os terceirizados ganham, em média, 25% menos e trabalham 3 horas a mais por semana.

A criação do trabalho intermitente aprofundou ainda mais a lógica da insegurança. Nessa modalidade de contratação, o trabalhador só recebe pelo tempo

Brasília-DF, 17 de outubro de 2025

efetivamente chamado ou trabalhado, sem garantia de jornada ou renda mínima.

O resultado é a fragmentação do emprego e a transformação do trabalho em serviço ou trabalho eventual, sem estabilidade e sem horizonte de direitos — antítese do que deveria ser o trabalho digno. Sobretudo, de aposentadoria.

Flexibilização e desproteção

A flexibilização da jornada, com possibilidade de turnos de até 12 horas, a rescisão por comum acordo — que reduz verbas rescisórias — e a opcionalidade da contribuição sindical completaram o pacote de fragilização do trabalhador e do sindicato.

Com aumento substantivo dos poderes do mercado e do capital em detrimento do enfraquecimento da força de trabalho e dos sindicatos, como representantes laborais.

A justificativa foi o “combate à litigiosidade” e o “aumento da segurança jurídica”. Contudo, a reforma reduziu drasticamente o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho, ao impor riscos e custos processuais.

O resultado foi a queda de mais de 40% no número de ações, não por melhora nas relações, mas pelo medo de recorrer.

A extinção da contribuição sindical obrigatória atingiu em cheio as entidades sindicais, que perderam base financeira e capacidade de negociação. Ao mesmo tempo, o patronato manteve seus meios de organização e pressão sobre os trabalhadores e as organizações sindicais.

A assimetria se ampliou, e enfraqueceu sobremodo o pilar coletivo da proteção trabalhista.

Balanco de 8 anos: promessa não cumprida

Depois de 8 anos, o balanço é inequívoco: a reforma não gerou os empregos prometidos, não reduziu a informalidade e tampouco promoveu segurança jurídica.

O que se viu foi o aumento do subemprego, a expansão de formas precárias de contratação e o enfraquecimento das instituições de proteção social do trabalho.

Ao priorizar o negociado sobre o legislado, o Estado abdicou de sua função de mediador e protetor da parte mais fraca da relação — o trabalhador.

O resultado é um mercado mais desigual e

sindicalismo fragilizado, incapaz, em grande medida, de contrabalançar o poder econômico do capital sobre as relações de trabalho e a proteção da mão de obra.

Para além da retórica da modernização

A experiência desses 8 anos mostra que flexibilizar não é modernizar. Ao contrário.

A modernização verdadeira passa por novas formas de proteção, que reconheçam as transformações tecnológicas e produtivas sem abrir mão da dignidade humana.

O desafio, agora, é reconstruir um sistema de relações de trabalho que valorize o emprego decente, fortaleça a negociação coletiva legítima e restabeleça o papel do Estado como guardião dos direitos trabalhistas.

Marcos Verlaïne é jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap

Fonte: Rádio Peão Brasil

Mínimo sobe para R\$ 1.631 em 2026, alta nominal de 7,44% sobre piso atual



O PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) para 2026 enviado ao Congresso Nacional prevê salário mínimo de R\$ 1.631, o que representa alta nominal de 7,44% sobre o piso atual de R\$ 1.518. O PLOA vai ser votado em dezembro.

O cálculo incorpora inflação projetada INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 4,78% e ganho real de 2,5%, conforme regra fiscal vigente.

O teto da Previdência do RGPS (Regime Geral da Previdência Social), a cargo do INSS, também terá impacto. Então, esses percentuais incidirão sobre o valor atual, que é R\$ 8.157,41, maior valor pago no Regime Geral.

Brasília-DF, 17 de outubro de 2025

Impacto nos benefícios previdenciários

O reajuste do salário mínimo não altera apenas os rendimentos dos trabalhadores de menor renda, que é o piso nacional — esse repercute diretamente no valor de diversos benefícios previdenciários e assistenciais.

- Benefícios pagos no valor do mínimo — aposentadorias, pensões etc. — serão ajustados para esse novo patamar.

- Para benefícios superiores ao piso, o reajuste é aplicado com base no INPC.

- Nos regimes próprios de previdência — RPPS (Regime Próprio de Previdência Social —, dos servidores públicos, especialmente onde há alíquotas progressivas, o novo piso ajusta as faixas contributivas, e favorece servidores cujos vencimentos não foram adequadamente corrigidos.

- Estimativas apontam que o impacto fiscal do reajuste — somando correções inflacionárias e aumentos reais em benefícios — pode ultrapassar R\$ 84,1 bilhões para a Previdência.

- Ao mesmo tempo, estudos indicam que cada R\$ 1 de aumento do mínimo eleva as despesas previdenciárias em aproximadamente R\$ 420 milhões.

Contexto orçamentário

- A previsão de salário mínimo consta no PLN 15/25, submetido ao Congresso para análise na CMO (Comissão Mista de Orçamento).

- O governo projeta crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 2,44% para 2026 e trabalha com cenário de contenção fiscal que limita reajustes reais às regras aprovadas em 2023.

- Apesar de já contemplado na peça orçamentária, o valor ainda pode mudar conforme negociações no Congresso — sobretudo em razão de projeções de inflação ou ajustes de política fiscal.

Fonte: Diap



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA



CAMPANHA OUTUBRO ROSA

Mês de Conscientização e Prevenção ao Câncer de Mama

Onde existe cuidado,
a vida floresce.

Cuide de sua saúde, conheça o seu corpo e esteja atenta a qualquer alteração. Pequenos cuidados podem salvar vidas.



SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI

2025



17 DE OUTUBRO



DIA DO ELETRICISTA

Energia que move o Brasil!

MAIS QUE COMEMORAR, É DIA DE REFLETIR

O Eletricista é essencial para a sociedade: garante energia em residências, empresas, hospitais, escolas e iluminação pública.

Sem Eletricista nada funciona!

Precisamos de empresas que valorizem o trabalhador e de políticas públicas que ampliem direitos. Sem retrocessos, só avanços!







Sem energia elétrica, nada avança. Mas só se transforma em desenvolvimento graças a trabalhadores qualificados e valorizados.

José Reginaldo Inácio,
presidente da CNTI





www.cnti.org.br

Facebook Instagram Twitter

Fonte: Eletricitários SP